



ESTADO DE MINAS GERAIS

Adm. 2021/2024 – “Reinventando o presente e projetando o futuro”

LEI N. 742/2024

“Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, e cria o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Santa Bárbara do Tugúrio, e dá outras providências.”

Faço saber que a Câmara Municipal de Santa Bárbara do Tugúrio, por seus representantes legais aprovou, e eu, prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Art. 1º Fica o criado Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) de Santa Bárbara do Tugúrio/MG, órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações governamentais, integrado paritariamente por representantes de órgãos públicos e de representantes de entidades da sociedade civil e cidadãos interessados.

Art. 2º O COMPIR tem por finalidade deliberar sobre as políticas públicas que promovam a igualdade racial para combater a discriminação étnico-racial, reduzir as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, atuando no monitoramento e fiscalização dessas políticas públicas setoriais, em atenção às previsões do Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.228/10).

Art. 3º Compete ao COMPIR, observados os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da transversalidade, da descentralização e da gestão democrática:

I - garantir o respeito à dignidade de todo ser humano e o direito do cidadão à autonomia e à convivência comunitária;

II - garantir a não discriminação preconceito em qualquer natureza no acesso a bens ou a serviços públicos e privados;

III - firmar o caráter multiétnico da sociedade tuguriense;

IV - reconhecer os diferentes grupos étnicos, com ênfase na cultura afro-brasileira, como elementos integrantes da municipalidade e do processo civilizatório nacional;

V- contribuir para implantar, no currículo escolar, a pluralidade étnico-racial brasileira, nos termos da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e de suas alterações;

VI - implantar ações que assegurem, de forma eficiente e eficaz, a proibição da discriminação, do preconceito racial e do assédio moral em ambientes de trabalho e de educação, dentre outros, respeitando a liberdade de crença no exercício dos direitos culturais ou de qualquer direito ou garantia fundamental;



ESTADO DE MINAS GERAIS

Adm. 2021/2024 – “Reinventando o presente e projetando o futuro”

VII - enfrentar as desigualdades raciais e promover a igualdade racial como premissa e pressuposto a ser considerado no conjunto das políticas de governo;

VIII - sustentar a formulação e o monitoramento da política de promoção da igualdade racial, por meio de ações que visem à eliminação das desvantagens de acesso a bens e serviços públicos existentes entre os grupos raciais;

IX - planejar, organizar, executar e avaliar as atividades, as ações e os programas de políticas públicas de promoção da igualdade racial, os quais terão caráter intersetorial, de modo a garantir a unidade da ação política dos vários órgãos municipais;

X - descentralizar as ações e os recursos na execução das políticas públicas de promoção da igualdade racial, assim como a participação de seus representantes nas instâncias de deliberação fiscal no Município;

XI - contribuir para que as instituições da sociedade assumam papel ativo como protagonistas na formulação, na implantação e no monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial de controle social das ações governamentais, de projetos que envolvam direitos e interesses coletivos;

XII - fomentar a implantação e implementação de programas municipal e comunitário de promoção da igualdade étnica e racial;

XIII - contribuir para que os cidadãos superem situações de risco pessoal e social decorrentes de qualquer forma de discriminação étnica e racial;

XIV - subsidiar a representação da coordenadoria nas instâncias colegiadas no âmbito de sua atuação;

XV - integrar instâncias colegiadas consultivas e deliberativas no âmbito de sua atuação e orientar o desenvolvimento das ações;

XVI - apreciar planos, programas e projetos de garantias de direitos;

XVII - avaliar os resultados das ações executadas e seu impacto para a promoção da igualdade étnica e racial;

XVIII - acompanhar as atividades de capacitação e de formação de pessoas responsáveis pelo desenvolvimento de ações de promoção da igualdade étnica e racial no Município;

XIX - apoiar, acompanhar e propor a elaboração de planos municipais voltados para a promoção da igualdade étnica e racial entre os cidadãos do Município;

e XX - criar, regulamentar, implementar e gerir, nos termos da Lei nº 7.716/89 c/c Lei nº 14.532/2023, canal de denúncias com a finalidade de receber demandas, prevenir e coibir crimes e ações resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião pessoas como quilombolas, ciganos, índios e pessoas em privação.



ESTADO DE MINAS GERAIS

Adm. 2021/2024 – “Reinventando o presente e projetando o futuro”

Art. 4º O COMPIR será norteado pelas seguintes diretrizes:

I - fortalecimento institucional, por meio do aperfeiçoamento dos marcos legais sustentadores das políticas de promoção da igualdade racial, da consolidação de uma cultura de planejamento, monitoramento e avaliação das ações, e da adoção de estratégias que garantam a produção de conhecimento, informações, subsídios e condições técnicas, operacionais e financeiras para o desenvolvimento dos programas;

II - incorporação da questão racial no âmbito da ação governamental, por meio da integração entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e os demais órgãos municipais, visando a garantir a transversalidade da política de promoção da igualdade racial em todas as áreas governamentais;

III - consolidação de formas democráticas de gestão da política de promoção da igualdade racial e de informação à população do Município acerca das consequências derivadas das desigualdades raciais, por intermédio da mídia, da promoção de campanhas de enfrentamento à discriminação, difundindo os resultados de experiências exitosas no campo da promoção da igualdade racial;

IV - criação de fóruns e de redes que participem da implantação da política de promoção da igualdade racial e também de sua avaliação em todos os níveis;

e V - melhoria da qualidade de vida da população negra, por meio de políticas específicas e da ampliação de ações afirmativas para a inclusão social, com o objetivo de estimular as oportunidades dos grupos historicamente discriminados.

Art. 5º O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Santa Bárbara do Tugúrio – COMPIR, deverá ser nomeado dentro da estrutura administrativa do Governo Municipal sob coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ ÚNICO - O COMPIR ficará vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social além quanto à estrutura administrativa, também quanto ao espaço físico, aos equipamentos e ao quadro de pessoal.

Art.6º As ações, serviços, projetos e programas relativos às políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial poderão ser operados diretamente pelos órgãos municipais ou mediante parceria com a rede de entidades e organizações não - governamentais que tenham esta finalidade.

Parágrafo Único. Os convênios firmados entre as associações civis sem fins lucrativos e o Executivo visam à complementaridade na prestação dos serviços públicos voltados para a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial à população.

Art.7º O COMPIR é composto por 06 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, respeitada a composição paritária entre Poder Público e sociedade civil, entre os quais sendo escolhidos, o presidente, o vice-presidente e secretário, nos seguintes termos:

I- 3 (três) representantes e 3 (três) suplentes da administração pública municipal, sendo:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social;

Paço Municipal prefeito José Rates do Amaral– Rua Camilo Silvério Mendes, 84 –

Centro – CEP 36.215-000 - Santa Bárbara do Tugúrio

Tel.: (32) 3365-1133 / 3365-1361 – www.santabarbaradotugurio.mg.gov.br - CNPJ: 18.094.854/0001-40



ESTADO DE MINAS GERAIS

Adm. 2021/2024 – “Reinventando o presente e projetando o futuro”

- b) Secretaria Municipal de Educação;
- c) Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

II - 3 (três) representantes e 3 (três) suplentes de membros da sociedade civil com conduta ilibada, que se comprometam a cumprir e efetivar as ações que visem a melhoria da qualidade de vida dos negros e outros grupos étnicos no Município, conforme disposto nesta lei e correlatas.

§ 1º Os representantes da administração pública serão indicados pelo prefeito(a) Municipal.

§ 2º Os membros da sociedade civil, serão indicados por entidades, associações e/ou órgãos municipais, constituídos há pelo menos um ano e em pleno funcionamento.

§ 3º Os conselheiros serão indicados para mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se uma única recondução.

§ 4º Para cada conselheiro (a) titular será escolhido simultaneamente 1 (um) suplente, observados o procedimento e as exigências.

§ 5º O exercício da função de conselheiro (a), titular ou suplente, é considerado de interesse público relevante e não será remunerado.

Art. 8º O presidente, o vice-presidente e o secretário, serão eleitos por seus pares, reservando ao coordenador vinculado a secretaria municipal de assistência social, como membro nato do conselho, e, que as presidências sejam alternadas entre um representante da sociedade civil num mandato e outro representante do poder público, no próximo mandato e assim sucessivamente e alternadamente.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial será assistido por uma Secretaria Executiva, destinada ao suporte administrativo-financeiro e à assessoria técnica necessária ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e servidores cedidos pela Administração Municipal.

Art. 9º. O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial poderá organizar-se em câmaras setoriais.

Parágrafo Único. A nomeação e posse dos Conselheiros Municipais de Promoção da Igualdade Racial serão feitas perante o prefeito(a), obedecida à origem das indicações.

CAPÍTULO II

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - FUMPIR

Art. 10. Fica criado o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Santa Bárbara do Tugúrio - FUMPIR, com a função de atuar como captador e ordenador dos recursos financeiros destinados à política de atendimento e aos programas de promoção, proteção e inclusão da comunidade negra e de outros grupos étnico raciais discriminados, sendo a sua captação e aplicação vinculadas às decisões do COMPIR, através da coordenadoria vinculada à secretaria de assistência social, sujeitas às prestações de contas na forma da Lei.

§ 1º Os recursos financeiros destinados ao COMPIR serão depositados em conta específica em instituição financeira, ficarão subordinados operacionalmente à secretaria de assistência social, e vinculados ao conselho municipal de promoção da

Paço Municipal prefeito José Rates do Amaral– Rua Camilo Silvério Mendes, 84 –

Centro – CEP 36.215-000 - Santa Bárbara do Tugúrio

Tel.: (32) 3365-1133 / 3365-1361 – www.santabarbaradotugurio.mg.gov.br - CNPJ: 18.094.854/0001-40



ESTADO DE MINAS GERAIS

Adm. 2021/2024 – “Reinventando o presente e projetando o futuro”

igualdade racial, após aprovação, deliberação e prestação de contas em cada reunião ordinária do COMPIR, o qual será constituído de:

- a) dotação consignada no orçamento do Município de Santa Bárbara do Tugúrio;
- b) recursos provenientes do Sistema Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - FUMPIRA, conforme convênios entre outros Entes Estadual, Federal e Internacional;
- c) recursos provenientes do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR;
- d) doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
- e) rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;
- e f) outros recursos que forem destinados de Secretarias Estaduais e Ministeriais.

§ 2º O FUMPIR será composto por 5 (cinco) membros do COMPIR sendo eleitos entre eles, com os seguintes cargos:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Tesoureiro;
- IV - 1º Secretário;
- e V - 2º Secretário.

§ 3º Os membros que administrarão o FUMPIR terão responsabilidade civil e criminal quanto aos recursos recebidos.

Art. 11. As verbas do FUMPIR serão utilizadas conforme Planejamento de Gastos, aprovado pelo Plenário do COMPIR, mediante deliberação de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um dos membros, ou seja, pelo voto favorável de 4 (quatro) Conselheiros, contando-se o voto dos suplentes somente na ausência dos respectivos titulares, caso já não estejam vinculadas a destinação própria.

Parágrafo Único. A regulamentação da captação, destinação e aplicação de recursos do FUMPIR, bem como sobre os procedimentos e critérios para aprovação de projetos a serem financiados, será estabelecida mediante Resolução específica.

Art. 12. O COMPIR poderá utilizar as verbas para ações próprias, respeitando-se os procedimentos aplicáveis à administração pública, ou abrir editais para apresentação de projetos e programas por entidades da sociedade civil organizada atuante no segmento étnico-racial com certificação do COMPIR, que serão aprovados mediante deliberação de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos membros, ou seja, pelo voto favorável de 4 (quatro) Conselheiros titulares, contando-se o voto dos suplentes somente na ausência dos respectivos titulares.

§ 1º As decisões serão tomadas com o máximo de transparência e critérios precisos e objetivos para a seleção dos projetos e programas que serão contemplados, respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 2º As entidades que compõe o COMPIR que venham a apresentar projetos e programas para fins de recebimento de recursos do FUMPIR serão consideradas impedidas de participar do processo de discussão e decisão, não gozando de qualquer privilégio em relação às demais.

Art. 13 Os recursos do FUMPIR serão utilizados exclusivamente ao atendimento de ações de promoção da igualdade racial, como a implementação de projetos,

Paço Municipal prefeito José Rates do Amaral– Rua Camilo Silvério Mendes, 84 –

Centro – CEP 36.215-000 - Santa Bárbara do Tugúrio

Tel.: (32) 3365-1133 / 3365-1361 – www.santabarbaradotugurio.mg.gov.br - CNPJ: 18.094.854/0001-40



ESTADO DE MINAS GERAIS

Adm. 2021/2024 – “Reinventando o presente e projetando o futuro”

programas, palestras, eventos, publicações, estudos, diagnósticos e pesquisas que visem a conscientização e superação das desigualdades raciais.

Art. 14 Os recursos do FUMPIR não serão utilizados:

I - para manutenção de órgãos públicos encarregados da proteção e atendimento aos grupos étnico-raciais;

II - para manutenção das entidades não governamentais de atendimento aos grupos étnico-raciais, podendo ser destinado apenas aos programas de atendimento por elas desenvolvidos;

III - para o custeio das políticas públicas a cargo do Poder Público;

e IV - para viagens que tenham como objetivo principal a participação em eventos voltados à igualdade racial e a programas voltados para o desenvolvimento e busca por recursos para esta finalidade.

Art. 15 Os recursos captados pelo FUMPIR serão considerados recursos públicos, estando assim sujeitos às regras e princípios acerca da aplicação dos recursos públicos em geral, inclusive no que diz respeito a seu controle pelo Tribunal de Contas e Secretaria Municipal de Assistência Social do Governo do Município de Santa Bárbara do Tugúrio, sem embargo de outras formas que venham a se estabelecer.

Art. 16 A organização, a competência, as atribuições e critérios para as respectivas prestações de contas, serão estabelecidos no Regimento Interno a ser elaborado pelo COMPIR, respeitadas as diretrizes legais, a ser formalizado mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito, 05 de junho de 2024.

JOSE ANTONIO ALVES
DONATO:07652113601
JOSÉ ANTÔNIO ALVES DONATO
PREFEITO MUNICIPAL

Assinado de forma digital por JOSE
ANTONIO ALVES DONATO:07652113601
Dados: 2024.06.05 09:58:21 -03'00'

Publicada no Saguão de Entrada do Paço Municipal e no site Oficial do Governo, em
mesmo dia, mês e ano de sua data. Santa Bárbara do Tugúrio/MG 05/06/2024.